

## PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS AUTISTAS: DESAFIOS E CONCEPÇÕES

Ana Paula de Aquino Barros <sup>1</sup>  
Juliana Paixão de Jesus <sup>2</sup>  
Solange Cristina Da Silva <sup>3</sup>

### RESUMO

Falar sobre inclusão é desafiador, sendo que abrange assuntos diversos, como políticas públicas, acessibilidade, educação especial, educação inclusiva, conceito de escola, entre outros. Refletir sobre a inclusão de autistas na educação infantil, implica em pensar esse conjunto de diversidades. A abordagem desse artigo se justifica pela necessidade de romper com a barreira do medo e do desconhecido dos professores, provocados pelo advento da inclusão escolar. Mesmo contando com políticas de formação continuada, muitos, nas suas práticas, mantêm barreiras atitudinais diante das crianças autistas nas suas vivências. O autismo, é um tema de grande amplitude dentro da literatura e estudos científicos. Este estudo tem como aporte teórico o modelo social da deficiência da segunda geração. Para essa pesquisa qualitativa foi realizada um levantamento bibliográfico, partindo dos documentos basilares a exemplo das Diretrizes Nacionais da Educação Básica, Plano Nacional da Educação e das obras de pesquisadores que também estudam sobre a temática, a exemplo de Andrade (2021) e Anjos (2020). Com pretensão de romper com a lógica capacitista, pautada no modelo biomédico, em que a criança autista é vista apenas pelo seu diagnóstico compreendido como um transtorno neurológico no qual afeta as formas de interagir e se comunicar. Objetiva-se conhecer as concepções de professores sobre o autismo e os desafios encontrados por eles no trabalho pedagógico com crianças autistas na educação infantil. Os resultados apontam que a concepção biomédica é primazia no que se refere às concepções dos professores sobre deficiência. Quanto aos desafios, estão relacionados a ausência de suporte, de recursos, de formação continuada e de ensino colaborativo. Acrescentamos a isso a falta de um olhar a partir do modelo social da deficiência, que compreende o autismo como parte da diversidade humana.

**Palavras Chaves:** Autismo; Educação Infantil; Práticas Pedagógicas; Educação Inclusiva.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, Mestranda em Educação Inclusiva, PROFEI- UDESC, [anapaula.barros@prof.pmf.sc.gov.br](mailto:anapaula.barros@prof.pmf.sc.gov.br)

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, Mestranda em Educação Inclusiva, PROFEI- UDESC, [juliana\\_univali@hotmail.com](mailto:juliana_univali@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Santa Catarina, [solange.silva@udesc.br](mailto:solange.silva@udesc.br)

A educação inclusiva provoca muitos questionamentos por parte dos professores, principalmente quando se trata da abordagem sobre a inclusão de estudantes com deficiência. Muitos professores encontram dificuldades ao incluir de fato os estudantes com deficiência nas salas de aula regular, pois, atender às perspectivas e às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca de conhecimento sobre o que é e como acontece a inclusão não é uma tarefa fácil, essencialmente para professores da educação infantil. A Educação Infantil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 determina que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p. 11).

Ao reconhecer a importância da educação infantil para formação dos sujeitos, é notório que é indispensável a organização de práticas pedagógicas que assegurem o trabalho com crianças de zero a cinco anos respeitando as suas características e peculiaridades próprias.

Nesse artigo é explorada a temática Práticas Docentes na Educação Infantil na Perspectiva da Educação Inclusiva para Crianças Autistas: Desafios e Concepções. O aspecto que justifica esta abordagem temática é a necessidade de romper com a barreira do medo e do desconhecido dos professores, provocados pelo advento da inclusão escolar.

Um breve estudo sobre os períodos históricos dos modelos de compreensão da deficiência, da idade média a idade moderna, percebe-se por exemplo que o assistencialismo e a medicalização dos corpos das pessoas com deficiência eram predominantes.

Podemos exemplificar esses modelos partindo do modelo caritativo-religioso, fortalecido pelo cristianismo na idade média, a deficiência era considerada um déficit e as pessoas com deficiência dignas de penas, percebidas apenas nas suas incapacidades, bem como, o modelo biomédico na idade moderna, a partir do qual a deficiência era compreendida como um incidente isolado, percebido como uma doença que precisa ser curada, em que o foco está nas intervenções médicas (Lanna Júnior, 2010).

A compreensão da deficiência a partir desses modelos podem trazer implicações para o campo educativo, pois suas estruturas influenciam quanto ao entendimento e concepções da identidade das pessoas com deficiência como, por exemplo, nas práticas educativas na educação infantil no atendimento de crianças autistas, as quais muitas vezes elas tem sua participação nas vivências pedagógicas negligenciada por serem compreendidas como incapazes.

Mesmo contando com políticas de formação continuada, em que o assunto da educação inclusiva é explanado, muitos, encontram e mantêm diversas barreiras diante das crianças com deficiência nas suas vivências, como é o caso da inclusão das crianças autistas durante essas vivências como citado anteriormente.

O autismo, é um tema de grande amplitude dentro da literatura e estudos científicos, no Brasil, após sancionada a lei nº 12764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo - “a pessoa com espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (Brasil 2012).

Por acreditarmos que para promover um espaço de educação inclusivo precisamos compreender, respeitar essas crianças e adequar esses espaços, para que esses, possam promover equidade de oportunidades, nos debruçamos no aporte teórico sobre o modelo social deficiência da segunda geração para o desenvolvimento desse texto.

O modelo social da deficiência, percebe a deficiência como uma forma dentro da variabilidade humana, das variadas maneiras de ser e ocupar os espaços sociais. Então, na perspectiva do modelo social da deficiência, o autismo pode ser considerado como “variações neurocognitivas, parte da diversidade natural da constituição da espécie humana, que imprime diferentes modos de ser e estar no mundo” (MPSC, 2022, p. 12).

Assim, a questão norteadora para o desenvolvimento da escrita desse artigo é: quais desafios e concepções os educadores encontram em suas práticas docentes quando falamos de educação inclusiva frente ao atendimento de crianças autistas nos espaços de educação infantil? Partindo desse questionamento, delineou-se como objetivo, conhecer as concepções de professores sobre o autismo e os desafios encontrados por eles no trabalho pedagógico com crianças autistas na educação infantil.

O estudo encontra-se respaldado a partir de uma revisão bibliográfica pautadas nos documentos basilares a exemplo das Diretrizes Nacionais da Educação Básica, e das obras de pesquisadores que também estudam sobre a temática, a exemplo de Andrade (2021) e Anjos (2020).

O número crescente de matrículas de crianças autistas nas instituições de educação infantil traz uma demanda de desafios no campo das práticas pedagógicas que visem a notoriedade das particularidades dessas crianças, as quais apresentam características distintas,

devido às peculiaridades nas áreas de comunicação e interação que variam de criança para criança.

Ao mesmo tempo que se percebe as mudanças e os avanços na última década na inclusão de crianças autistas nos espaços educativos, há um número considerável de professores que apresentam determinadas atitudes de rejeição e resistência diante dessas crianças. Esses professores sentem dificuldades de compartilhar a vida escolar junto a essas crianças.

Esse fato é percebido em várias situações do cotidiano, como nas escolhas de grupos, na qual há um distanciamento por parte do docente quando há uma criança autista, bem como nas conversas entre docentes que revelam atitudes preconceituosas.

Necessitamos romper com as práticas capacitistas estruturantes sobre a etapa da educação infantil, bem como exercer o “pensar pedagógico” articulado ao “fazer-pedagógico”, pois não podemos esquecer que na educação infantil toda prática deve ser ofertada para as crianças e com as crianças (Rosset et al, 2017).

É nessa etapa da educação e de primeira infância, que através das interações sociais o sujeito adquire seu conhecimento de mundo para desenvolver habilidades para as práticas do cotidiano.

Reinventemos essas práticas, desconstruindo a máquina obsoleta que a dinamiza, como também relacionar a realidade com a prática, realizando melhorias de informações que precisam ser adotadas para a conscientização de professores, gestores, pais e estudantes à vista da inclusão.

## **METODOLOGIA**

O caminho metodológico seguido para a realização dessa pesquisa bibliográfica é de abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritiva. Como afirma Gil, 2002:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (Gil,2002, p.44).

A busca para realização deste levantamento bibliográfico se deu a partir dos descritores Autismo, Educação Infantil e Educação Inclusiva, na base de dados da Capes, com o objetivo de conhecer as concepções de professores sobre o autismo e os desafios encontrados por eles no trabalho pedagógico com crianças autistas na educação infantil.

Propomos, assim, refletir como as práticas para uma educação inclusiva pode implicar no trabalho pedagógico de acordo com as concepções que os professores tem sobre autismo, bem como quais os desafios enfrentados pelos professores no trabalho com as crianças autistas nos espaços de educação infantil.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Todas as crianças são iguais no direito à educação. Esse é o princípio fundamental do movimento de educação inclusiva, sendo na educação infantil que começa a trajetória de uma criança na vida escolar, na qual a interação, as descobertas e as singularidades se destacam. Toda criança é diferente – esse é outro princípio fundamental da educação inclusiva.

Nas creches ou Núcleo de educação infantil elas passam a experimentar um ambiente coletivo, compartilhando espaços, brinquedos, brincadeiras e vivências. Os primeiros contratos sociais são “assinados” e as regras e normas de convívio são estabelecidas entre as crianças e os docentes

Estudos preliminares exploram as relações entre história e fundamentos da educação inclusiva. Nota-se que há uma quantidade crescente de literatura sobre essas temáticas, visto que diversos autores avaliam o ingresso de pessoas com deficiência nas redes regulares de ensino. Para Mantoan (2005), a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. A escola, "É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo" (Montoan, 2005, p. 50).

Dados sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil apresentados por documentos normativos esclarecem que essa inserção é fundamental para:

[...] Assegurar que as pessoas com deficiência desfrutem os mesmos direitos humanos de qualquer outra pessoa: elas são capazes de viver suas vidas como cidadão plenos, que podem dar contribuições valiosas à sociedade se tiverem as mesmas oportunidades que os outros têm (Brasil, 2001, p. 34).

Assim sendo, é preciso lembrar que desde a educação infantil, é fundamental que as crianças aprendam sobre inclusão e que os docentes estejam formados e informados para as práticas inclusivas. Desse modo, é importante ressaltar que:

[...] práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que constrói a relação intrínseca entre

razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual. As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil não são apenas práticas que respeitem o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito a sua dignidade humana. Elas são também práticas que respeitem e atendem ao direito da criança de apropriar-se por meio de experiências corporais, dos modos, estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores que, intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas (BRASIL, 2009, p.10).

A partir dos estudos realizados, é possível perceber com Anjos (2020) e Andrade (2021), a existência de muitos desafios em atender às necessidades de crianças autistas que frequentam as salas de aula regulares da educação infantil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os pressupostos teóricos que nortearam a análise dos dados foram, os estudos pautados em Andrade (2021) que na sua dissertação de mestrado, relata que a perspectiva da educação inclusiva é mais que um ato de pensar sobre ou realizar alguma ação a respeito, é uma postura, é uma filosofia adotada em todos os sentidos, de forma holística. Para tanto, faz-se necessário romper com práticas excludentes tão comuns nos meios educacionais.

Corroborando com essa ideia de romper com práticas excludentes as autoras Romeu e Roseti (2022), abordando sobre a importância do trabalho colaborativo como aliado no trabalho com crianças autistas, capaz de amenizar os desafios apresentados nos espaços educativos. Na pesquisa elas trazem como resultado, que os profissionais necessitam de mais formação e que o trabalho colaborativo deve ser integrado se tornando mais eficaz no trabalho desempenhado pelos professores das salas regulares com crianças autistas.

Já o aporte em Cavalcante; Moura; Ignácio; e Paschoal, (2022) foi possível fazer uma análise sobre a educação infantil como um espaço social de muita importância para promover o desenvolvimento das crianças com intencionalidade, as autoras enfatizam que as crianças aprendem umas com as outras na troca com seus pares, por isso ressaltam a importância do espaço educativo para o desenvolvimento humano desde a infância.

No que se refere às práticas pedagógicas nesses espaços, com foco na educação inclusiva junto às crianças autistas na educação infantil, a pesquisa de Andrade (2021) traz as falas das professoras as quais, quando questionadas sobre qual a maior dificuldade que elas encontraram no momento inicial de inclusão da criança em suas aulas, em resposta, as professoras relataram desafios no momento de planejar e executar as atividades atendendo as

supostas limitações da criança e na adaptação diante das dificuldades que autistas enfrentam para a socialização. Por conseguinte, as professoras também pontuaram sobre as preocupações de qual seria a reação da criança autista ao acompanhar a rotina da sala de aula. Quando foi perguntado sobre as necessidades das crianças na faixa etária estudada: o que as professoras acham sobre suas aulas, incluem a criança autistas? Quais seus anseios em relação à inclusão dessa criança? A resposta foi que a parte didática em si já é um grande desafio.

Outro relato que nos chamou a atenção na pesquisa feita por Andrade (2021), foi quando a professora relata que essa inclusão da criança autista na sala de aula regular nos momentos de atividades acontece em partes, elas dizem que não é fácil fazer a criança participar, bem como diz, não terem estrutura e material. Outra sinalização por parte das professoras é a necessidade de material de apoio didático para facilitar o desenvolvimento pedagógico da criança autista na turma.

A partir desses relatos podemos perceber que mesmo com tantos avanços sobre a temática, diante da crescente frequência das crianças autistas nas salas de aula regular, os professores ainda se sentem despreparados para atuar com essas crianças. Percebe-se que a concepção dos professores ainda é pautada nas incapacidades, pontuadas na patologia da criança autista, há a ausência de perceber essas crianças como sujeitos de direitos, que possui especificidades únicas e precisa de adequações nas ofertas de oportunidades para a efetivação da sua participação nas aulas, para que estas, possam desenvolver suas habilidades e competências.

As autoras Teixeira e Ganda, (2019) relatam sobre um estudo de caso sobre trabalho com uma criança autista na educação infantil, durante o período de um ano e meio, foi possível analisar como o desenvolvimento do estudante autista do caso em estudo, teve um avanço no seu desenvolvimento. Essas práticas foram realizadas por uma profissional de apoio.

A partir das práticas levando em consideração a necessidade de despertar as potencialidades da criança autista na sala de aula, a criança teve mais oportunidade de socialização, enriquecendo seu desenvolvimento durante as interações com o grupo, como também, mais autonomia e progresso durante o processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva de levar em consideração à diversidade humana que compõe as salas de aula de educação infantil, trazemos uma reflexão baseada no artigo intitulado *A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil: desafios e possibilidades*, Anjos (2020) no qual destaca que na Educação Infantil, o trabalho pedagógico deve estar elencado no respeito às singularidades das crianças e às pluralidades de infâncias que se delineiam na sociedade,

considerando o contexto geográfico, dos fatores culturais, econômicos e históricos de um dado contexto.

São muitas as possibilidades e sujeitos envolvidos no planejamento e na organização do trabalho pedagógico do professor. Segundo Barbosa e Horn: Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades.

Diante dos estudos empreendidos até aqui, é importante que o educador, observe o cotidiano dos espaços escolar e como são ocupados, percebam se as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, bem como em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. A busca por respostas a essas perguntas, vai gerar um conhecimento fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte (Barbosa; Horn, 2001, p. 67).

Observamos que os desafios apontados a partir das práticas pedagógicas nas salas de aula da educação infantil na perspectiva da educação inclusiva para crianças autistas, seguem os mesmos apontamentos por parte dos professores, necessidade de disponibilidade de recursos pedagógicos, pois as falhas quanto a disponibilidade de recursos apresenta-se como barreiras, bem como a falta de subsídios que os docentes julgam necessários, tais como a formação continuada e parceria de ensino colaborativo.

Quanto às concepções que os professores trazem sobre Autismo, o modelo biomédico da deficiência aparece como primazia. Isso nos leva a pensar que é consequência de sua formação tanto acadêmica quanto profissional com foco nesse modelo de compreensão da deficiência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados desta pesquisa bibliográfica revelaram que a chegada de crianças autistas na educação infantil causa diferentes posturas dos docentes, alguns professores demonstram ter concepções sobre o autismo a partir do modelo biomédico e do senso comum limitando às essas crianças o desenvolvimento e as possibilidades de um conviver, brincar e estar na educação infantil. Conhecer as crianças e seu universo faz parte do contexto dos educadores que atuam na educação infantil todos os dias. Professores se debruçam em literaturas que os levam a

reflexões sobre brincadeiras, o ser criança e o respeito à infância. As crianças autistas não estão fora desse contexto, pois antes de seus diagnósticos são crianças que são dotadas de direitos.

O processo de inclusão no contexto escolar perpassou por uma longa jornada para garantia de direitos, e mesmo com tantos avanços ainda é perceptível os grandes desafios para romper com a ideia de homogeneidade presente no cotidiano escolar.

É preciso repensar a respeito das organizações do cotidiano da educação infantil e sua relação com os tempos e espaços, para assim assegurar a concepção de criança e infância diante do que versa nos documentos normativos. Podemos então dizer que não é a presença da criança autista que traz os desafios pedagógicos na perspectiva inclusiva frente ao atendimento dessas crianças, mas sim, a ausência de suporte, recursos, de formação continuada, de ensino colaborativo e a falta de um olhar atento ao direito da criança ali presente.

Ademais, necessita-se criar espaços para debate no que se refere à organização escolar tanto do ambiente como do tempo; como são administrados os horários na prática de educação infantil frente à presença de crianças autistas; o que é priorizado no planejamento pedagógico, na organização do plano de gestão, do projeto político pedagógico; quanto tempo é destinado ao brincar; como e onde acontece a interação entre essas crianças dentro e fora das salas de aula. Pensar nessas organizações é pensar nas necessidades e no desenvolvimento dessas crianças, levando em consideração seus direitos de aprendizagem, pois todas têm suas potencialidades a serem desenvolvidas numa sociedade inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. S. A. **Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil**. 93f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/1177>. Acesso em 16 abr. 2023.

ANJOS, A. M. T. dos. Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil: desafios e possibilidades no trabalho com sequências didáticas. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 48, 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/48/organizacao-do-trabalho-pedagogico-na-educacao-infantil-desafios-e-possibilidades-no-trabalho-com-sequencias-didaticas>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S.. Organização do espaço e do tempo na escola de educação infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (orgs.). Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: **Artmed**, 2001, p. 67-69.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2024

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em 22 mai. 2023.

CASTRO, P. A.; Sousa Alves, C. O. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

LANNA JÚNIOR; Mário Cléber Martins (org) **In História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola**: Como Andar No Fio da Navalha. Instituto ARANTES, Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, 2005, p. 50.

ROSSET, Joyce M.; WEBSTER, Maria Helena; FUKUDA, Joyce Eiko; ALMEIDA, Lucila. **Práticas Comentadas Para Inspirar**: formação do professor de educação infantil. Editora Brasil, 1º ed. São Paulo, 2017

TEIXEIRA, Maira Cristina Souza; GANDA, Danielli Ribeiro. **Inclusão e Autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil**. Revista. Psicologia Saúde e Debate. Dez., 2019:5(2):125-135. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V5N2A9/405> , Acesso em 18 de maio de 224.